



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROVA *Técnico Médio* *de* *Defensoria Pública*



ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito - Prova Objetiva (PO)	13/10/2010	www.cepuerj.uerj.br
Interposição de recursos contra o gabarito da PO	14 a 20/10/2010	
Divulgação do resultado dos recursos e resultado final	12/11/2010	



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1: Os muros nas favelas e a segregação social

Sob o argumento da proteção ambiental, 13 comunidades, 11 delas localizadas na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, serão cercadas por muros de 3,4 metros de altura, em média. É mais que óbvio para todos a importância que proteger a Mata Atlântica tem nos dias atuais. É claro que o poder público deve se apropriar dessa pauta, a fim de resolver problemáticas como as do desmatamento. Entretanto, ao analisarmos a eficácia e a legitimidade desse projeto, podem-se concluir alguns equívocos, que contribuem para a formação de limites sociais, e não ecológicos.

Tomando como referência a formação desses limites sociais, pode-se aferir a exasperação dos conflitos entre os moradores dessas comunidades e os moradores de classe média, já que a sensação de "segurança" é relacionada diretamente à construção do muro, que, por sua vez, pode aprofundar diversos estigmas que são projetados à população das favelas.

Quando um muro é construído para separar pessoas, nenhuma outra questão está colocada, a não ser a produção de segregação social e espacial. Não podemos esquecer as políticas de sanitização do século 19, que contribuíram para a visão da pobreza como doença, sujeira e outras coisas mais. Essas políticas, além de moverem os moradores de baixa renda para locais distantes, no caso os subúrbios, estão diretamente relacionadas ao empreendedorismo imobiliário cujo público alvo era as elites emergentes.

A inquietação com o crescimento das favelas deve ter como centro o combate à pobreza, o acesso a direitos e uma política habitacional adequada. Não deve, de forma alguma, ser tratada de forma imediatista, expressando assim o caráter eleitoreiro de nossas políticas públicas. Além do mais, todas as pesquisas relacionadas ao tema nunca contam com a participação de associações de moradores e plebiscitos que são realizados nas comunidades.

(<http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2010/05/26/os-muros-nas-favelas-a-segregacao-social-916696630.asp>)

1) A alternativa em que a oração sublinhada exerce função modalizadora é:

- a) "...É claro que o poder público deve se apropriar dessa pauta ..."
- b) "...É mais que óbvio para todos a importância que proteger a Mata Atlântica tem nos dias atuais..."
- c) "...Entretanto, ao analisarmos a eficácia e a legitimidade desse projeto, podem-se concluir alguns equívocos..."
- d) "...Tomando como referência a formação desses limites sociais, pode-se aferir a exasperação dos conflitos entre os moradores ..."



2) "... podem-se concluir alguns equívocos, que contribuem para a formação de limites sociais, e não ecológicos..."

O pronome relativo em destaque desempenha a seguinte função sintática:

- a) sujeito do verbo "contribuir"; concorda em número e pessoa com o termo antecedente "alguns equívocos"
- b) sujeito do verbo "contribuir"; concorda em número e pessoa com o termo antecedente "alguns"
- c) objeto direto do verbo "contribuir" ; a indeterminação do sujeito fica marcada pela flexão da terceira pessoa do plural
- d) objeto direto do verbo "contribuir" ; a inexistência do sujeito fica marcada pela flexão da terceira pessoa do plural

3) "... pode-se aferir a exasperação dos conflitos entre os moradores dessas comunidades ..."

Pode-se reescrever a passagem acima, substituindo o vocábulo em destaque pelo seguinte antônimo:

- a) irritação
- b) mitigação
- c) agravação
- d) inflamação

4) "... nenhuma outra questão está colocada, a não ser a produção de segregação social e espacial..."

A forma em destaque encabeça uma relação sintático-semântica de natureza:

- a) final – o enunciador expressa um efeito visado, um propósito, em relação ao fato expresso na oração principal
- b) proporcional – o enunciador se serve de tal oração para indicar a única situação capaz de reverter o que vem expresso na oração principal
- c) condicional – o enunciador se serve de tal oração para indicar a única situação capaz de reverter o que vem expresso na oração principal
- d) temporal – o enunciador expressa um efeito visado, um propósito, dentro de uma linha cronológica, em relação ao fato expresso na oração principal

5) A alternativa cuja forma destacada se comporta, do ponto de vista da função textual, como um sintagma nominal de base anafórica, ao retomar "o já dito" atrelado ao que "se está escrevendo" no processo de construção do texto, é:

- a) "... Não podemos esquecer as políticas de sanitização do século 19 ..."
- b) "... Essas políticas, além de moverem os moradores de baixa renda para locais distantes..."
- c) "... podem-se concluir alguns equívocos, que contribuem para a formação de limites sociais ..."
- d) "... todas as pesquisas relacionadas ao tema, nunca contam com a participação de associações de moradores ..."



6) "... a sensação de "segurança" é relacionada diretamente à construção do muro, que, por sua vez, pode aprofundar diversos estigmas ..."

A função textual-coesiva da expressão destacada é promover:

- a) a ruptura pragmática sugerida pelo adjunto adverbial em análise
- b) o avanço semântico progressivo das ideias de períodos distintos
- c) a continuidade de eventos (ações) entre orações do mesmo período
- d) a disparidade estilística dada a complexidade e polêmica promovida pelo tema

7) "... Não deve, de forma alguma, ser tratada de forma imediatista, expressando assim o caráter eleitoreiro de nossas políticas públicas ..."

A expressão sublinhada, do ponto de vista textual, cumpre o seguinte propósito:

- a) retificar a negação já expressa pela oração principal
- b) ratificar a negação já expressa pela oração principal
- c) retificar a negação já expressa pela oração subordinada
- d) ratificar a negação já expressa pela oração subordinada

8) "... Não podemos esquecer as políticas de sanitarização do século 19 ..."

A produtividade lexical do elemento mórfico assinalado tende a (à):

- a) adjetivos substantivados tais como "casar" → "casação"
- b) formação de adjetivos a partir ações verbais num sem número de casos
- c) substantivos adjetivados, muito dos quais rejeitados pela norma linguística padrão
- d) formação de substantivos a partir de ações verbais num sem número de casos

9) "... Essas políticas (...) estão diretamente relacionadas ao empreendedorismo imobiliário ..."

"... Não deve, de forma alguma, ser tratada de forma imediatista, expressando assim o caráter eleitoreiro de nossas políticas públicas..."

A produtividade e a proximidade dos sufixos –ismo e –ista se faz porque:

- a) o primeiro teve o uso disseminado para designar, no curso dos séculos XIX e XX, movimentos sociais, religiosos e personativos com nomes próprios representativos; já o segundo, está associado ao adepto, seguidor, aderente, partidário
- b) o primeiro está associado ao adepto, seguidor, aderente, partidário; já o segundo, teve o uso disseminado para designar, no curso dos séculos XIX e XX, movimentos sociais, religiosos e personativos com nomes próprios representativos
- c) o primeiro teve o uso disseminado para designar, especificamente no curso do século XIX, movimentos sociais, religiosos e personativos com nomes próprios representativos; já o segundo, está associado ao adepto, seguidor, aderente, partidário
- d) o primeiro teve o uso disseminado para designar, especificamente no curso do século XX, movimentos sociais, religiosos e personativos com nomes próprios representativos; já o segundo, está associado ao adepto, seguidor, aderente, partidário

10) “...resolver problemáticas como as do desmatamento...”

Em termos gramaticais, a palavra sublinhada na passagem acima pertence à seguinte classe:

- a) artigo definido
- b) pronome oblíquo
- c) preposição acidental
- d) pronome demonstrativo

11) Das construções abaixo apresentadas, aquela em que a forma verbal destacada poderia ser empregada no singular, sem contrariar a língua portuguesa padrão, é:

- a) “... podem-se concluir alguns equívocos...”
- b) “...são projetados à população das favelas...”
- c) “...contribuem para a formação de limites sociais...”
- d) ...contam com a participação de associações de moradores...”

12) As ideias abaixo estão contidas no primeiro parágrafo do texto **1**, **exceto**:

- a) o desmatamento, entre outros problemas ambientais, necessita de soluções urgentes
- b) a proteção ambiental apresenta-se como consequência da construção de muros nas favelas
- c) a proteção da Mata Atlântica deve constituir uma das preocupações das autoridades instituídas
- d) condições de ordem social evidenciam-se como causas dos procedimentos adotados pelo poder público



TEXTO 2: Cidade de Deus

Famílias de várias favelas do Rio chegavam ao novo conjunto habitacional. A chance de adquirir uma casa própria e, enfim, estabelecer-se funcionava como um chamariz, mas a distância e a precariedade das condições oferecidas levavam muitos a reconsiderar a decisão. Se por um lado os trabalhadores tinham que acordar de madrugada e andar três quilômetros para pegar o ônibus no largo da Freguesia, por outro cada criança que chegava era uma paixão garantida pelo lugar: quando não era o goiabal, eram os abacateiros; quando não era o bosque, eram os casarões mal-assombrados; quando não era o laguinho, era o lago; quando não era o rio, era a lagoa; quando não era o charco, era o mar; quando dormiam, sonhavam com a manhã seguinte.

Lá na Frente, as pessoas tomavam banho em banheiros públicos e faziam suas necessidades fisiológicas. Somente os adultos tinham o trabalho de enfrentar a fila para se aliviar. As crianças faziam "pombo sem asa": defecavam numa folha de jornal e varejavam longe, ou, então, embalavam numa lata de leite e largavam na rua. Dois anos depois da inauguração do conjunto, a rede sanitária ficou pronta.

Quem conhecesse bem o conjunto poderia andar de uma extremidade a outra sem passar pelas ruas principais. Tutuca e Inferninho gostavam de mostrar os revólveres para os policiais de ronda, entravam pelos becos dando tiro para o alto. Os policiais corriam atrás deles; porém, sem conhecer as dobras do labirinto, perdiam-se. Era comum, nessas horas, atirarem entre si. Os bichos-soltos davam a volta e atiravam de outro beco, deixando os policiais atordoados. Faziam isso somente quando Cabeção não estava de serviço. Era preferível nem sair de casa nos dias de seu plantão, porque ele era astuto como o Diabo e conhecia bem o conjunto.

(...)

A maioria dos bandidos raramente circulava de dia, preferia a noite para jogar ronda, fumar baseado, jogar sinuca, cantar samba sincopado acompanhado do som de uma caixa de fósforo e, até mesmo, para bater um papo com os amigos. Somente Tutuca, Inferninho, Martelo, Pelé e Pará eram vistos de dia. Assaltando os caminhões de gás, fumando maconha nas esquinas, soltando pipa com a molecada, jogando bola com a rapaziada do conceito. Os outros assaltantes preferiam agir na Zona Sul, "local de bacana". Assaltavam turistas, lojas comerciais, pedestres com pinta de grã-finos.

Lá em Cima, a velha Terê montara uma boca de fumo para atender os poucos maconheiros do conjunto. Madalena já vendia maconha Lá na Frente, mas com dificuldade, por não ter um bom matuto. Com isso não podia estocar a erva para atender à demanda, apesar de esta ser pequena. Na rua do Meio, Paulo da Bahia abriu um boteco: o Bonfim. Ficava aberto a noite toda de segunda a segunda. A malandragem jogava ronda, fumava maconha, bebia traçado e, às vezes, cheirava brizola. Comia peixe frito, moela de galinha, torresmo, linguiça, chouriço, ovo cozido, jiló ao vinagrete e caldinho de feijão preparados pela esposa do Paulo da Bahia. O som da vitrola embalava os casais, que volta e meia arriscavam passos de dança na calçada.

(...)



Através de brigas, jogos de futebol, bailes, viagens diárias de ônibus, da frequência aos cultos religiosos e às escolas, uma nova comunidade surgiu efusivamente. Os grupos vindos de cada favela integraram-se em uma nova rede social forçosamente estabelecida. A princípio, alguns grupos remanescentes tentaram o isolamento, porém em pouco tempo a força dos fatos deu novo rumo ao dia a dia: nasceram os times de futebol, a escola de samba do conjunto, os blocos carnavalescos... Tudo concorria para a integração dos habitantes de Cidade de Deus, o que possibilitou a formação de amizades, rixas e romances entre essas pessoas reunidas pelo destino. Os adolescentes utilizavam-se da fama negativa da favela onde haviam morado para intimidar os outros em caso de briga ou até mesmo nos jogos, na pipa voada, na disputa de uma namorada. Quanto maior a periculosidade da favela de origem, melhor era para impor respeito, mas logo, logo, sabia-se quem eram os otários, malandros, vagabundos, trabalhadores, bandidos, viciados e considerados. Os menos afeitos à nova sociedade foram os bandidos. Apenas os que estiveram alojados no estádio Mario Filho por ocasião das enchentes se aproximaram. Foi o caso de Tutuca, Inferninho e Martelo, e daqueles que puxaram cadeia juntos.

(...)

Num sábado, Inferninho chegou ao baile às pressas atrás de Martelo. Precisava lhe dar uma boa notícia. Tutuca tinha se dado bem num roubo, lá pelas bandas do Anil. Conseguira dois cordões de ouro, um par de alianças, um revólver calibre 38, três calças Lee e uma jaqueta de couro. Inferninho entrou no baile sem pagar, rodou todo o salão, foi ao bar, ao banheiro, e não encontrou o parceiro. Achou estranho. Cleide o vira ali. Já ia saindo quando encontrou Passistinha:

- Qualé, Passistinha? Viu Martelo aí?

- Saiu pra casa que tá sujo. Tem um tal de detetive Belzebu aí que tá perguntando a todo mundo se conhece vocês, morou, cumpádi? Já foram Lá na Frente, Lá em Cima, Lá Embaixo, já veio aqui... É esse negócio de ficar assaltando caminhão aí na área.

- Eles tão de patrulhinha ou de camburão?

- Tão de camburão.

- Tem quantos?

- Acho que tem três.

Inferninho coçou a cabeça, a preocupação com a polícia era visível. Pensou em sair dali, mas imaginou que os samangos não retornariam ao clube. Resolveu relaxar e disse ao amigo:

- Vamo tomar uma cervá?

- Um homem não toma, um homem bebe! - brincou Passistinha.

(LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. 2 ed. comemorativa de 10 anos (1997-2007). São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.35-9).

13) "... - Vamo tomar uma cervá?..."

O processo utilizado para a formação do vocábulo destacado acima chama-se:

- a) conversão
- b) abreviação
- c) derivação imprópria
- d) derivação regressiva



14) A alternativa em que sobressai a “ideia de exceção” em relação ao restante do período em que se insere o texto é:

- a) “...Somente os adultos tinham o trabalho de enfrentar a fila para se aliviar...”
- b) “...Era preferível nem sair de casa nos dias de seu plantão, porque ele era astuto como o Diabo e conhecia bem o conjunto...”
- c) “... quando não era o rio, era a lagoa; quando não era o charco, era o mar; quando dormiam, sonhavam com a manhã seguinte...”
- d) “...Através de brigas, jogos de futebol, bailes, viagens diárias de ônibus, da frequência aos cultos religiosos e às escolas, uma nova comunidade surgiu efusivamente...”

15) “...A malandragem jogava ronda, fumava maconha, bebia traçado e, às vezes, cheirava brizola...”

Fica nítida, nos verbos sublinhados, a representação de fatos não concluídos, situados num intervalo de tempo simultâneo a um ponto de referência passado (Cf. AZEREDO: 2008, p.360). Tal ideia está relacionada ao emprego do seguinte tempo verbal:

- a) pretérito perfeito
- b) futuro do pretérito
- c) pretérito imperfeito
- d) pretérito mais que perfeito

16) O passado que, conforme Azeredo (2008, p.360) aponta, “...Representa o fato como concluído e o situa num intervalo de tempo anterior a um ponto de referência passado...”, está presente em:

- a) “...A maioria dos bandidos raramente circulava de dia, preferia a noite para jogar ronda ...”
- b) “...Na rua do Meio, Paulo da Bahia abriu um boteco: o Bonfim. Ficava aberto a noite toda de segunda a Segunda...”
- c) “...Os outros assaltantes preferiam agir na Zona Sul, 'local de bacana'. Assaltavam turistas, lojas comerciais, pedestres com pinta de grã-finos...”
- d) “... Lá em Cima, a velha Terê montara uma boca-de-fumo para atender os poucos maconheiros do conjunto. Madalena já vendia maconha Lá na Frente ...”

17) “...As crianças faziam 'pombo sem asa' ...”

A expressão destacada se construiu ,do ponto de vista lexical, por meio da seguinte figura:

- a) antítese
- b) paradoxo
- c) metáfora
- d) metonímia



18) "... A maioria dos bandidos raramente circulava de dia, preferia a noite para jogar ronda, fumar baseado, jogar sinuca, cantar samba sincopado acompanhado do som de uma caixa de fósforo e, até mesmo, para bater um papo com os amigos..."

Os verbos sublinhados acima estão no infinitivo. Contextualmente, essa forma nominal está denotando:

- a) conjunto de ações possíveis, dentro de várias possibilidades sem nexo temporal
- b) conjunto de ações entrelaçadas, dentro de várias possibilidades com nexo temporal
- c) conjunto de ações sem sujeito, dentro de várias possibilidades sem a preocupação com o tempo
- d) conjunto de ações com sujeito indeterminado marcado morfologicamente, dentro de várias possibilidades, sem a preocupação com o tempo

19) Um exemplo típico de oração subordinada substantiva subjetiva, na forma desenvolvida, está identificada graficamente na seguinte alternativa:

- a) "...Faziam isso somente quando Cabeção não estava de serviço..."
- b) "... Quem conhecesse bem o conjunto poderia andar de uma extremidade a outra ..."
- c) "...Era preferível nem sair de casa nos dias de seu plantão, porque ele era astuto como o Diabo e conhecia bem o conjunto..."
- d) "...Quanto maior a periculosidade da favela de origem, melhor era para impor respeito, mas logo, logo, sabia-se quem eram os otários, malandros, vagabundos, trabalhadores, bandidos, viciados e considerados..."

20) "...sem conhecer as dobras do labirinto ..."

A reescritura que mantém o sentido original da passagem acima é:

- a) ... caso não conhecessem as dobras do labirinto ...
- b) ... se bem que não conheciam as dobras do labirinto ...
- c) ... apesar de não conhecerem as dobras do labirinto ...
- d) ... uma vez que não conheciam as dobras do labirinto ...

21) No primeiro parágrafo, a imagem que o adulto e a criança fazem do novo conjunto habitacional pode ser representada na seguinte figura:

- a) antítese
- b) metáfora
- c) hipérbato
- d) pleonasma



22) "...apesar de esta ser pequena ..."

Areescritura que altera o sentido original da passagem acima é:

- a) ... embora esta fosse pequena ...
- b) ... ainda que esta fosse pequena ...
- c) ... em virtude de esta ser pequena
- d) ... conquanto esta fosse pequena ...

23) "...mas logo, logo ..."

Sobre a repetição do elemento presente no trecho acima, é correto afirmar que:

- a) traduz valor superlativo em relação à marca de tempo
- b) assemelha-se ao emprego alternativo de alguns conectores
- c) empresta conotação pleonástica ao caráter conclusivo da ação
- d) apresenta ideia de redundância em relação à declaração anterior

24) O narrador utiliza a linguagem, simultaneamente, como recurso de aproximação e de afastamento, respectivamente, do grupo social que apresenta, dada a variação de registro linguístico que utiliza. Um exemplo de afastamento, provocado pelo uso do registro da língua padrão, está presente em:

- a) "...Saiu pra casa que tá sujo..."
- b) "...Tutuca tinha se dado bem num roubo ..."
- c) "...Inferninho chegou ao baile às pressas atrás de Martelo .."
- d) "...Assaltavam turistas, lojas comerciais, pedestres com pinta de grã-finos ..."

25) A ideia de "ação realizada anteriormente a outra já concluída" está presente nas passagens abaixo, **EXCETO** em:

- a) "...Lá em Cima, a velha Terê montara uma boca-de-fumo ..."
- b) "...Tutuca tinha se dado bem num roubo, lá pelas bandas do Anil ..."
- c) "...Se por um lado os trabalhadores tinham que acordar de madrugada ..."
- d) "...Os adolescentes utilizavam-se da fama negativa da favela onde haviam morado ..."



NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

26) Constitui um dos princípios pelos quais a República Federativa do Brasil irá reger suas relações internacionais:

- a) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
- b) a solidariedade
- c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação
- d) o pluralismo político

27) Acerca dos chamados direitos fundamentais tem-se certo que esses direitos dividem-se em duas categorias: os ditos direitos fundamentais liberais e os direitos sociais. A respeito desses últimos constitui-se como direito social previsto na Constituição da República:

- a) o direito à posse
- b) a proteção à maternidade
- c) a liberdade de associação
- d) a não equivalência de direitos trabalhistas entre o trabalhador com vínculo empregatício e o trabalhador avulso

28) A respeito das funções essenciais à justiça, é **INCORRETO** dizer que:

- a) a defensoria pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados
- b) às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias
- c) a lei organizará a defensoria pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios, e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais
- d) não há assertivas incorretas



29) A respeito das disposições constitucionais acerca da administração pública e dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) desde a promulgação da Constituição de 1988, apenas foi possível à administração pública adotar o regime funcional conhecido como estatutário
- b) a aposentadoria espontânea do servidor público, a exemplo do que ocorre com o empregado privado, não rompe o vínculo com a administração pública, haja vista a aplicação do princípio da isonomia
- c) a administração pública direta e indireta de qualquer um dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, probidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência
- d) a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados

30) Considere as afirmações abaixo:

- I – É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, exceto os que exerçam atividade de risco, tão somente.
- II – A remuneração percebida pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro será fixada mediante subsídio.
- III – Os Procuradores do Estado do Rio de Janeiro possuem sua remuneração limitada à remuneração do Governador do Estado do Rio de Janeiro.
- IV – Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, originariamente, o litígio instaurado entre a UNESCO e o Estado do Maranhão.
- V – Cabe ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em sede de recurso especial, as ações onde foi proferida decisão que julgou válida lei local em prejuízo de lei federal.
- VI – Poderá ser proposta Ação Direta de Inconstitucionalidade pelo Defensor Público Geral da União.
- VII – O alistamento eleitoral é facultativo para os maiores de sessenta anos de idade, os analfabetos e os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos.

Com base na leitura acima, pode-se dizer que a sequência correta é:

- a) F, V, F, V, F, F, F
- b) V, V, F, F, F, V, F
- c) F, V, F, F, V, F, V
- d) V, V, V, F, V, F, F



31) Acerca dos princípios constitucionais, é correto dizer que:

- a) o princípio da unidade da constituição exige que as normas constitucionais sejam interpretadas a fim de manter o caráter unitário da própria Constituição, afastando-se, assim, quaisquer interpretações de normas constitucionais que sejam contraditórias entre si
- b) o princípio constitucional da proporcionalidade orienta que a interpretação das normas constitucionais deverá ser feita sempre considerando-se qual delas é a mais razoável dentro de tantas possíveis, analisando-as comparativamente e acolhendo aquela que impuser menor restrição ao alcance da norma e, por consequência, a sua maior efetividade
- c) o princípio da interpretação ensina que, quando uma norma constitucional comportar mais de uma aplicação possível, sendo uma constitucional e a outra não, deverá esta última ser reconhecida e declarada, e afastada do campo de aplicação da própria norma
- d) o princípio da dignidade da pessoa humana apenas traduz uma exortação a atuação do poder público em promover condições humanas dignas à população, não possuindo qualquer efeito normativo que vincule a atuação estatal

32) Acerca dos direitos políticos, considere as afirmativas abaixo:

- I. Constituem direitos fundamentais aplicados ao cidadão votar, ser votado e de participação.
- II. Aos analfabetos é facultada a possibilidade de participarem do pleito eleitoral e vedado o alistamento eleitoral.
- III. A soberania popular apenas será exercida por meio do sufrágio universal e pelo voto direto secreto
- IV. Em função da evidente natureza de direito fundamental, é vedada qualquer forma de obstacularização no exercício dos direitos políticos, sendo expressamente vedada a suspensão dos mesmos.
- V. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de dez dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Com relação aos itens acima, pode-se dizer que:

- a) Somente é falsa a afirmativa do item II
- b) São falsas as afirmativas dos itens II e V
- c) Somente é verdadeira a afirmativa do item III
- d) São verdadeiras as afirmativas dos itens I, II e IV, e falsas as dos itens II e V

33) A respeito da nacionalidade, é correto dizer que:

- a) em hipótese alguma poderá a nacionalidade brasileira ser perdida
- b) o Brasil, para o reconhecimento da nacionalidade, somente adota o chamado critério da origem territorial
- c) a nacionalidade serve como critério de definição de indivíduo e, por esse motivo, aos estrangeiros não se aplicam direitos e garantias individuais postos na Constituição da República de 1988
- d) uma pessoa que, filho de pai e mãe brasileiros que residiam na França, venha a nascer nesse país e, somente quando atinge a idade de 63 anos, decida e venha a residir no Brasil, poderá vir a ser considerada como brasileiro nato desde que opte pela nacionalidade brasileira



34) Observando-se o regime constitucional dos direitos sociais, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) o direito de greve não apresenta um caráter absoluto, podendo ser o mesmo condicionado mediante lei
- b) todos os direitos sociais elencados na Constituição da República materializam em condutas prestacionais a serem exercidas pelo Estado
- c) prevê a possibilidade de que, em determinadas empresas, seja eleito um representante dos trabalhadores para os órgãos diretivos da mesma
- d) o salário constitui verdadeiro direito social, sendo também direito do trabalhador a sua irredutibilidade salarial; contudo, ainda assim, é possível, em determinados casos, proceder a sua redução

35) Em relação ao princípio da legalidade administrativa, a opção correta é:

- a) somente lei pode extinguir cargo público, quando este estiver vago
- b) o administrador público pode criar seus próprios limites, mediante norma regulamentar editada no âmbito da competência do órgão
- c) enquanto, na administração particular, é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na administração pública, só é permitido ao agente fazer o que a lei autoriza
- d) a legalidade administrativa é princípio constitucional implícito e decorre da necessidade de observância da moralidade administrativa nas relações de Estado

36) Das assertivas abaixo a correta é:

- a) constitui fundamento da República Federativa do Brasil o pluripartidarismo político
- b) a defensoria pública da União é o órgão do Ministério Público da União responsável por oferecer assistência judiciária gratuita à população
- c) aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade para os brasileiros residentes em Portugal, serão reconhecidos todos os direitos inerentes aos brasileiros natos
- d) a Constituição impõe à União, aos Estados e ao Distrito Federal o dever inafastável da sua prestação, diretamente pelo Poder Público e através da defensoria pública, determinando que esta seja instalada em todo o país

37) A respeito do regime constitucional de previdência social do servidor público, é correto dizer que:

- a) aos professores de escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, será possível a contagem diferenciada e reduzida tanto de tempo de contribuição quanto de tempo de serviço, desde que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério
- b) a todo e qualquer servidor público aposentado é possível a cobrança de contribuição previdenciária, independente do valor do benefício que assim receba, pois também lhe compete manter a higidez do regime de proteção social previdenciário
- c) o servidor nomeado para função de confiança, por expressa determinação, deverá ser vinculado ao Regime Geral de Previdência Social mantido pela Previdência Social, e não ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, mantido e gerido pelo Rioprevidência, por expressa determinação na Constituição da República
- d) após as chamadas reformas previdenciárias promovidas pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, é correto afirmar que existem dois tipos de regimes de previdência no serviço público: um contributivo, para os servidores públicos que ingressaram, por meio de concurso público, após o ano de 1998, e um não contributivo, para os que haviam ingressado anteriormente, posto que possuem direito adquirido ao mesmo



38) A Constituição da República, enquanto pacto político da sociedade brasileira, dedicou enorme atenção às situações decorrentes das diversas formas de relação de trabalho, seja no campo privado, seja no público. A esse respeito, é de notar-se que a Constituição de 1988 adotou uma postura amplamente protetiva dos trabalhadores públicos e privados. Tendo em vista tais considerações, considere as afirmativas postas a seguir:

- I. No que toca à remuneração dos servidores públicos, é correto afirmar que, em hipótese alguma, poderá a mesma ser reduzida pelo ente federado ao qual se encontra vinculado, a exemplo do que ocorre com o salário pago aos empregados da iniciativa privada, uma vez que, se cuida de solução fundada no princípio constitucional da isonomia.
- II. Aos empregados públicos, por serem dotados de estabilidade após três anos de prestação de serviços, não será reconhecido o direito social ao FGTS.
- III. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- IV. Aos trabalhadores urbanos e rurais é garantido o direito a jornada de trabalho de seis horas quando em regime de turnos ininterruptos, contudo tal direito não apresenta caráter absoluto, podendo acordo privado dispor de forma em contrário.
- V. É aplicado tanto aos trabalhadores urbanos e rurais quanto aos servidores público o direito social à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde e segurança.
- VI. A remuneração dos integrantes do quadro de apoio da defensoria pública ficará limitado à remuneração máxima percebida pelo defensor público, tendo em vista a defensoria pública ser uma instituição dotada de autonomia orçamentária.
- VII. Ainda carece de ser editada a lei que regulamentará o direito de greve dos servidores públicos, o que, contudo, não impede o seu exercício, tendo em vista a natureza do mesmo de direito social, e, por isso, um verdadeiro direito fundamental do servidor público.

São corretos os itens:

- a) I, III e VI
- b) III, IV e VII
- c) I, V, VI e VII
- d) II, III, IV e VI

39) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- a) o princípio da inafastabilidade da jurisdição tem aplicação absoluta no sistema jurídico vigente, o qual não contempla a hipótese de ocorrência da denominada jurisdição condicionada
- b) diante da natureza dos interesses envolvidos, a administração pública pode legitimamente determinar a quebra dos sigilos fiscal e bancário em procedimento administrativo na esfera tributária
- c) embora a Constituição Federal admita a decretação pela autoridade judicial da interceptação telefônica para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, é possível a utilização das gravações, no processo civil ou administrativo, como prova emprestada
- d) a Constituição Federal assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, razão pela qual, no âmbito do processo administrativo disciplinar, é imprescindível a presença de advogado



40) Quanto aos direitos e garantias fundamentais podemos afirmar que:

- a) A Constituição da República foi marcada pelo movimento de valorização dos direitos humanos, característico do final da década de 1970 e toda a década de 1980 redundando na assinatura de diversos documentos internacionais que buscavam impor aos Estados o dever de proteção e promoção de tais direitos. Dentro de toda essa lógica a Constituição ao mesmo ponto em que consagrou o trabalho como um direito fundamental de todos os indivíduos, também se preocupou com a proteção da infância e juventude, ao vedar, expressamente, o trabalho infantil, apenas o permitindo na qualidade de aprendiz
- b) Suponha que um indivíduo foi alvo de denúncia do Ministério Público tendo a mesma decorrido, diretamente, de informações referentes às suas movimentações financeiras registradas junto ao sistema de dados do Banco Central e a sua declaração de imposto de renda, entregues, por fonte anônima, diretamente ao Promotor de Justiça que ofereceu a denúncia. Em face disso, o indivíduo, por ser pessoa de poucas posses e baixa renda, após ser citado para se defender a pretensão punitiva do Estado, procurou o Defensor Público que atua junto a Vara Criminal onde se processa a ação penal, e este, considerando abusiva e ilícita a denúncia oferecida impetra a ação de habeas data com o fito de promover o imediato arquivamento do processo criminal em curso. A luz desses fatos é de se concluir que agiu corretamente o Defensor Público
- c) O direito à saúde, não obstante ser tido como um verdadeiro direito fundamental do indivíduo não obriga ao Estado a custear todo e qualquer tratamento médico, mas somente aquele que ele tem condições orçamentárias de fazê-lo
- d) Não obstante o caput do art. 5º mencione que a proteção exercida pelos direitos e garantias fundamentais expressos e implícitos na Constituição da República limita-se aos indivíduos que sejam brasileiros ou estrangeiros que tenham residência fixa no Brasil, tem-se certo que os estrangeiros não-residentes poderão se valer dos mesmos, haja vista que tais direitos e garantias são marcados pela universalidade e irrestritibilidade na sua aplicação

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

41) A Administração Pública tem suas atividades norteadas tanto por princípios expressos na Constituição Federal (art. 37, *caput*), como por princípios implícitos ou reconhecidos. Sobre o tema, é possível afirmar que:

- a) decorrem do princípio da hierarquia a possibilidade de o superior hierárquico punir os seus subordinados, bem como avocar e delegar atribuições
- b) segundo o princípio da legalidade administrativa, a Administração Pública está autorizada a fazer tudo o que a lei não proíba, com vistas a atender ao interesse público
- c) por força do princípio da autotutela, a Administração Pública pode revogar atos administrativos eivados de vício de legalidade, e anular aqueles que inconvenientes e/ou inoportunos
- d) o princípio da eficiência não constava do texto original da Constituição da República, tendo sido introduzido pela Emenda Constitucional nº 20/98. Ele impõe ao administrador o dever de economicidade



42) A Administração Pública indireta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria, criadas para o desempenho de atividades administrativas descentralizadas. A esse respeito, é correto afirmar que:

- a) as associações públicas, previstas pela Lei nº 11.107/2005, integram a Administração Pública indireta, revestindo-se de personalidade jurídica de direito privado
- b) o princípio da Reserva Legal estabelece que a instituição de empresas públicas e de sociedades de economia mista precisa ser autorizada por lei. Tal formalidade não se exige, contudo, para a extinção dessas entidades
- c) no direito brasileiro, as agências reguladoras são autarquias de regime especial, o qual é caracterizado pela existência de autonomia reforçada nos campos técnico, decisório, administrativo e econômico-financeiro
- d) por força do princípio do controle, também denominado tutela administrativa, as entidades da Administração Pública indireta estão subordinadas à Administração Pública direta, que as fiscaliza, observados os termos estabelecidos em lei

43) Empresas públicas e sociedades de economia mista são espécies de entidades da Administração Pública indireta, revestidas, ambas, de personalidade jurídica de direito privado. Dentre os traços distintivos que podem ser apontados entre tais entidades, destaca-se o seguinte:

- a) as empresas públicas, diferentemente das sociedades de economia mista, não se submetem à recuperação judicial, extrajudicial e falência, tal como dispõe a Lei nº 11.101/2005
- b) o foro processual competente para julgar ações envolvendo empresas públicas federais é a Justiça Federal, ao passo que as ações envolvendo as sociedades de economia mista federais são julgadas na Justiça Estadual
- c) o regime de pessoal aplicável às sociedades de economia mista é o trabalhista. Já em relação às empresas públicas, esse regime poderá ser o trabalhista, se a entidade explorar atividade econômica, ou o estatutário, se a entidade prestar serviço público
- d) quanto à composição do capital, as empresas públicas são constituídas de recursos oriundos apenas de pessoas jurídicas de direito público interno, ao passo que, nas sociedades de economia mista, o capital é formado com recursos aportados também por pessoas jurídicas de direito privado

44) A convalidação do ato administrativo pode ser conceituada como:

- a) a forma de desfazimento do ato administrativo em virtude de vício de legalidade
- b) fato pelo qual a retirada do ato administrativo se dá pelo advento de nova legislação que impede a permanência da situação anteriormente consentida
- c) o processo de que se vale a administração para aproveitar atos administrativos com vícios superáveis, de forma a confirmá-los no todo ou em parte
- d) o instrumento pelo qual a administração pública promove a retirada de um ato administrativo do mundo jurídico por razões de conveniência e oportunidade



45) O ato administrativo é composto por cinco elementos: competência, forma, finalidade, objeto e motivo. A constatação de vícios de legalidade em tais elementos pode ser causa de invalidação do ato administrativo. Sobre esse tema, é possível afirmar que:

- a) a eventual demissão de um servidor público, motivada por razões pessoais, como a inimizade, implicará vício no elemento finalidade e poderá ser anulada por excesso de poder
- b) no direito administrativo, a regra é a solenidade das formas. Por conseguinte, se uma Portaria for equivocadamente editada no lugar de uma Resolução, não se pode cogitar da convalidação do ato administrativo
- c) a teoria dos motivos determinantes estabelece que a validade do ato administrativo está vinculada à realidade dos motivos indicados como seu fundamento. Ela não se aplica, contudo, aos atos discricionários, a exemplo da exoneração *ad nutum*
- d) na licença para construir, o objeto do ato administrativo é vinculado. Logo, preenchidos os seus requisitos, o particular tem direito subjetivo à licença, ressalvada a possibilidade de sua revogação enquanto não iniciada a obra licenciada, mediante indenização pelos prejuízos eventualmente suportados

46) A Permissão pode ser conceituada como o ato administrativo:

- a) vinculado, pelo qual a administração pública reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público
- b) vinculado, por meio do qual a administração pública confere ao interessado, que preencha os requisitos legais, o consentimento para a prática de certa atividade
- c) discricionário e precário pelo qual a administração pública outorga ao particular a execução de serviço de utilidade pública ou a utilização privativa de um bem público
- d) discricionário e precário, por meio do qual a administração pública outorga ao particular o consentimento para o desempenho de atividade material ou a prática de ato, que, sem esse consentimento, seria legalmente proibido

47) A finalidade do ato administrativo pode ser conceituada como:

- a) a alteração, no mundo jurídico, que o ato administrativo se propõe a processar
- b) o elemento pelo qual todo ato administrativo deve estar dirigido ao interesse público
- c) a situação de fato ou de direito que gera a vontade do agente quando pratica o ato administrativo
- d) o círculo definido por lei dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua função pública

48) Quanto aos efeitos, os atos administrativos se classificam em:

- a) vinculados e discricionários
- b) simples, compostos e complexos
- c) autoexecutórios e não autoexecutórios
- d) constitutivos, declaratórios e enunciativos



49) O vício no elemento objeto do ato administrativo pode ser conceituado como:

- a) a inadequação entre a conduta e as atribuições do agente definidas em lei
- b) a prática de ato direcionado a interesse privado e não ao interesse público
- c) a prática de ato dotado de conteúdo diverso do que a lei autoriza ou determina
- d) o vício do ato que inobserva ou omite o meio de exteriorização exigido para o ato, ou que não atende ao procedimento previsto em lei como necessário à decisão que o poder público pretende tomar

50) Tendo em vista os princípios gerais do Direito Administrativo, bem como que a República Federativa do Brasil constitui-se em um Estado Democrático e de Direito, cuja nota de destaque é a valorização dos direitos fundamentais e a visão de que as funções do Estado são um meio para tal, é correto dizer que:

- a) o princípio da probidade administrativa encontra-se previsto no art. 37 da Constituição da República
- b) o princípio da segurança jurídica ou da proteção da confiança é substanciado na norma legal que prevê a imposição de um prazo legal para que ocorra a chamada prescrição administrativa
- c) o princípio da continuidade do serviço público sempre irá impedir que a concessionária de um serviço público qualquer interrompa o seu fornecimento em caso de injustificado não pagamento da tarifa devida pelo usuário
- d) o direito de petição não possui qualquer relação com o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos, sendo, em verdade, apenas uma das formas de participação democrática do cidadão na gestão dos atos de gestão do Poder Público

51) A opção correta acerca das características e da classificação dos serviços públicos é:

- a) os serviços que têm por finalidade a satisfação individual e direta das necessidades dos cidadãos, como os de energia elétrica, gás e transportes, são exemplos de serviços públicos *uti universi*
- b) os serviços de utilidade pública, ao contrário do que acontece com os serviços administrativos, são indelegáveis e, por isso, somente podem ser prestados por órgãos e agentes do próprio Estado
- c) considera-se serviço público toda atividade exercida pelo Estado ou por seus delegados, sob regime total ou parcial de direito público, com vistas à satisfação de necessidades essenciais e secundárias da coletividade
- d) os serviços públicos prestados diretamente pelo Estado submetem-se à disciplina do direito público, mas os serviços prestados por particulares em colaboração com o poder público são regidos integralmente por normas de direito privado



52) Considere a assertiva abaixo

"A administração pública, como já vimos, admite mais de um sentido. No sentido objetivo, exprime a ideia de atividade, tarefa, ação, enfim a própria função administrativa, constituindo-se como alvo que o governo quer alcançar. No sentido subjetivo, ao contrário, a expressão indica o universo de órgãos e pessoas que desempenham tal função." (CARVALHO FILHO, José dos Santos, *in Manual de Direito Administrativo*, 15 ed, Ed. Lumen Juris, p. 370)

Tendo em vista a idéia acima lançada, a assertiva **INCORRETA** quanto às funções e à organização da administração pública é:

- a) a intervenção do Estado na economia encontra-se subsumida no sentido subjetivo de administração pública
- b) no tocante aos órgãos públicos, é correto afirmar que a sua formação é orientada pela Teoria da Representação
- c) as chamadas entidades do terceiro setor (Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), após recebida a sua qualificação pelo Poder Público, passam a integrar formalmente a administração pública indireta
- d) em hipótese alguma o órgão público poderá ser dotado de alguma medida de autonomia, tendo em vista cuidar-se de uma parte integrante da administração pública direta, decorrente do procedimento de delegação de atividade pública conhecido como desconcentração

53) A opção correta a cerca da classificação, dos requisitos e dos atos administrativos é:

- a) o parecer emitido pela assessoria técnica competente, ante a sua natureza técnica complexa, irá, sempre, integrar o ato emitido pela autoridade administrativa superior, pois este não poderá decidir de forma diversa dessa opinião
- b) a teoria dos motivos determinantes incide sobre os atos administrativos conhecidos como discricionários, exatamente aqueles em que se permite ao agente maior liberdade de aferição da conduta, desde que haja a expressa exposição dos motivos que levam à edição do ato, não sendo a mesma observada nos chamados atos vinculados, posto que o motivo de sua edição decorre diretamente da lei
- c) o ato administrativo, por emanar da parcela de Poder Público ao qual é investido determinado agente público, é marcado por determinadas características, sendo certo que tais nem sempre estarão presentes, dependendo do ato a ser praticado; contudo, a autoexecutoriedade e presunção de legitimidade sempre estarão presentes em qualquer ato administrativo editado pelo Poder Público, por meio de seus agentes
- d) a administração pública, quando do exercício de sua autotutela, poderá revogar o ato administrativo por ela emitido quando não entender não mais presente o ser conveniente e oportuno, sendo que a administração pode desistir desse ato revogador, revogando-o, momento em que irá ocorrer o retorno de validade do 1º ato administrativo revogado, pois não se aplica ao direito administrativo a vedação a represtinação, apenas aplica-se a edição e revogação de leis



54) Atente-se para as seguintes afirmações:

- I. O mesário eleitoral, não obstante não possuir qualquer vínculo relacional funcional com a administração pública, constitui-se em verdadeiro agente público.
- II. O chamado agente putativo – aquele que pressupõe estar legitimamente exercendo uma atividade pública – não integra a categoria de agente público, e, por isso, eventuais prejuízos que possa acarretar a particulares em função do exercício da atividade não poderá ser, a responsabilidade pelos mesmos, imputada à administração pública.
- III. Hoje, é possível ao Defensor Público Geral instaurar processo de seleção pública para o preenchimento de empregos públicos a serem criados no quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- IV. O Governador do Estado do Rio de Janeiro poderá extinguir, em qualquer caso, cargos públicos por meio de decreto quando entender conveniente e oportuno.
- V. A nomeação é o ato administrativo que materializa o provimento originário onde há uma relação estatutária nova; enquanto que a investidura em cargo público traduz uma operação complexa composta de atos tanto do Estado quanto do interessado para que possa haver o legítimo provimento em um cargo público; enquanto que a posse é o ato administrativo de investidura em que se atribuem as prerrogativas, os direitos e deveres inerentes a determinado cargo público.
- VI. A reintegração, o aproveitamento e a reversão são formas de reingresso de determinada pessoa ao serviço público.
- VII. Em nenhuma circunstância, poderá um servidor público que ocupe o cargo de Técnico Médio da Defensoria Pública acumular outro cargo público.
- VIII. Os cargos públicos podem ser classificados em efetivos, aplicados a todos os servidores públicos admitidos mediante concurso público, bastando que sejam exercidos por período superior a 03 (três) anos, e em comissão ou funções de confiança, que se constituem de livre nomeação, sendo que não há qualquer exigência de que venham a ser compostos por servidores de carreira.

À luz dos itens acima relacionados, pode-se dizer que:

- a) são verdadeiros os itens I e V e falsos os itens II, III e IV
- b) são verdadeiros os itens II, V, VI e falsos os itens I, III, IV, VII e VIII
- c) são verdadeiros os Itens I, II, V e VI e falsos os Itens III, IV, VII e VIII
- d) todos os itens são falsos



55) Considerando as assertivas abaixo elencadas, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) a sanatoria constitui em processo pelo qual a Administração se vale para aproveitar atos administrativos carregados de vícios em seus elementos. Contudo, nem todo vício do ato administrativo comporta esse processo de aperfeiçoamento, sendo certo que deverá ser feita a distinção entre vícios sanáveis e insanáveis. A respeito dos vícios sanáveis é correto apontar serem eles relacionados somente ao elemento competência, sendo os defeitos relacionados aos demais elementos do ato administrativo vícios insuscetíveis de convalidação.
- b) o Rioprevidência, autarquia estadual encarregada de gerir o regime próprio de previdência dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, cuida-se de um exemplo do fato administrativo conhecido como descentralização administrativa, que consiste na transferência da execução de determinada atividade estatal a outra entidade dotada de personalidade jurídica própria, enquanto que a Secretaria do Estado de Educação retrata claro exemplo da chamada desconcentração administrativa, que nada mais é que o processo de subdivisão de tarefas do Estado em núcleos administrativos despersonalizados integrantes da própria estrutura administrativa direta do Estado.
- c) os princípios constitucionais que regem a Administração Pública são, nessa ordem, o da legalidade, o da impessoalidade, o da moralidade, o da publicidade e da eficiência, sendo este último decorrente de alteração do texto do art. 37, caput pela Emenda Constitucional 18/98, enquanto que princípios reconhecidos do direito administrativo são o da supremacia do interesse público, o da autotutela, o da indisponibilidade, o da continuidade dos serviços públicos, o da proteção à confiança, o da razoabilidade e o da proporcionalidade e o da razoabilidade
- d) a delegação legal e a delegação negocial são as formas pelas quais o Poder Público processa a descentralização dos serviços públicos.

NOÇÕES DE TEORIA GERAL DE PROCESSO

56) Em relação às partes, pode-se dizer que, na assistência, o assistente:

- a) é parte na demanda
- b) é parte no processo
- c) é parte na demanda e no processo
- d) não é parte no processo nem na demanda

57) Conforme a teoria revisionista ou jurisdicionalista, adotada por Cândido Dinamarco e Vicente Greco Filho, dentre outros, a jurisdição voluntária:

- a) é uma forma de exercício da função jurisdicional
- b) é a administração pública, exercida pelo Poder Judiciário, de interesses privados
- c) não é exercício da função jurisdicional nem administração pública de interesses privados
- d) é administração pública de interesses privados e uma forma de exercício da função jurisdicional



58) De acordo com a teoria do direito potestativo de agir de Chiovenda, a ação é:

- a) o próprio direito material depois de violado
- b) o direito de provocar a atuação do Estado-juiz
- c) um direito voltado contra o réu, não tendo o demandado nenhuma obrigação diante desse poder, estando-lhe simplesmente sujeito
- d) o direito de ação somente existe se o autor preencher certas condições, sem as quais deve o processo ser extinto sem o julgamento do mérito

59) A primeira das condições da ação é a legitimidade das partes, também designada *legitimatío ad causam*. A regra geral, em nosso direito, é que será legitimado a atuar em juízo tão somente o titular do interesse levado a juízo pela demanda, razão pela qual se fala, nesta hipótese, em legitimidade ordinária. (CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*, v.1, 20 ed. Rio de Janeiro: p. 124-5). Entende-se por legitimidade extraordinária subsidiária quando:

- a) apenas o legitimado extraordinário pode ir a juízo, mas não o legitimado ordinário
- b) o legitimado extraordinário só pode ir a juízo diante da omissão do legitimado ordinário em demandar
- c) tanto o legitimado ordinário quanto o extraordinário podem ir a juízo isoladamente, sendo certo que poderão eles também demandar em conjunto
- d) o legitimado extraordinário atua, em processo, em nome próprio, na defesa de interesse alheio, sem que o legitimado ordinário atue em conjunto com ele

60) O procedimento comum é ordinário ou sumário. O procedimento especial e o procedimento sumário regem-se pelas disposições que lhes são próprias, aplicando-se-lhes, subsidiariamente, as disposições gerais do procedimento ordinário. No procedimento sumário, é admissível:

- a) reconvenção
- b) ação declaratória incidental
- c) impugnação ao valor da causa
- d) recurso de terceiro prejudicado

61) Assim como as condições dos recursos, meras projeções das "condições da ação", os pressupostos recursais nada mais são do que a aplicação nesta sede dos pressupostos processuais (CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*, v. 2, 18 ed. Rio de Janeiro: p. 69). É pressuposto recursal:

- a) interesse
- b) legitimidade
- c) possibilidade jurídica
- d) capacidade processual



62) Ao definir o conceito de jurisdição, fala-se em atuação do direito objetivo, pressupondo-se a conformidade constitucional da lei aplicada ao caso concreto. A função jurisdicional verdadeiramente caracteriza-se, em sua essência, pelos seguintes fatores:

- a) inércia, lide, definitividade
- b) inércia, substitutividade, lide
- c) inércia, natureza declaratória, lide
- d) inércia, substitutividade, natureza declaratória

63) Todos os órgãos do Poder Judiciário exercem função jurisdicional. Há entre eles, todavia, uma divisão de trabalho, o que se faz através da regra de distribuição de competência (CÂMARA, Alexandre Freitas, *Lições de Direito Processual Civil*, v. 1, 20 ed. Rio de Janeiro: p. 99). O critério funcional de competência significa:

- a) a natureza da causa em razão do território
- b) a natureza da causa em razão do seu valor
- c) o ajuizamento da ação judicial perante a autoridade judiciária brasileira
- d) a distribuição entre diversos órgãos quando as diversas funções necessárias num mesmo processo ou coordenadas à atuação da mesma vontade de lei são atribuídas a diversos ou a órgãos jurisdicionais diversos

64) Verificada a competência internacional e sendo certo que a demanda pode ser ajuizada perante a autoridade judiciária brasileira, passa-se à análise da competência interna, a qual é fixada no momento:

- a) da citação do réu
- b) da propositura da ação
- c) do deferimento da petição inicial
- d) da apresentação da defesa do réu

65) No Direito Processual brasileiro são admissíveis como meios de prova aqueles denominados juridicamente idôneos, ou seja, os meios legais (típicos, previstos em lei) e os moralmente legítimos (provas atípicas). É exemplo de prova atípica:

- a) o laudo pericial
- b) a prova emprestada
- c) a exibição de documento ou coisa
- d) a prestação de informações ao juízo por terceiros mediante escritos dirigidos ao órgão judicial em resposta a ofício por este enviado

66) A sentença pode ser definida como o provimento judicial que põe termo ao ofício de julgar do magistrado, resolvendo ou não o objeto do processo. São requisitos essenciais da sentença consoante o Código de Processo Civil:

- a) relatório, dispositivo, assinatura
- b) relatório, fundamentação, assinatura
- c) relatório, fundamentação, dispositivo
- d) fundamentação, dispositivo, assinatura



67) Um imóvel de propriedade de ABELARDO e FIRMINA, casal jovem que acaba de se divorciar, é objeto de intenso litígio, devidamente judicializado. Desgastada com toda a controvérsia, FIRMINA aliena sua parte no imóvel a CLÉCIO, advogado de espírito aguerrido, que adquire a propriedade ciente de que o imóvel encontra-se *sub judice*. Nesta hipótese é correto afirmar que

- a) CLÉCIO só poderá ingressar na ação judicial, como substituto ou assistente, se ABELARDO consentir
- b) CLÉCIO poderá ingressar em juízo, em substituição a FIRMINA, a despeito do consentimento de ABELARDO, desde que autorizado pelo juiz
- c) ainda que CLÉCIO não participe da referida ação judicial, como substituto ou interveniente, a sentença proferida estende seus efeitos a ele
- d) em razão da alienação da propriedade, FIRMINA não é mais parte legítima, razão pela qual deverá ser substituída por CLÉCIO, independentemente de autorização

68) Certo consumidor do município de Saquarema, no estado do Rio de Janeiro, adquiriu um cartão de crédito junto a instituição financeira, passando a usá-lo cotidianamente. Contudo, a última fatura enviada ao cliente continha diversas compras que este alegava não ter realizado, razão pela qual o referido débito ficou pendente. Tendo em vista a recusa do consumidor em pagar a fatura, a instituição acionou-o judicialmente no foro da sede da empresa (São Paulo), uma vez que o contrato celebrado entre as partes prevê cláusula específica de eleição de foro. Neste caso, é correto afirmar que a cláusula de eleição de foro

- a) é válida, sendo competente o juízo da comarca de São Paulo
- b) é inválida, podendo a incompetência ser declarada de ofício pelo juiz, por ser absoluta
- c) é inválida, mas a incompetência, ainda que relativa, pode ser arguida de ofício pelo juiz
- d) é inválida, sendo que a incompetência, por ser relativa, deve necessariamente ser alegada pela parte

69) SÁVIO é titular de uma linha telefônica junto a concessionária de serviço público de telefonia. Em agosto de 2010 percebeu que desde janeiro do referido ano vinha recebendo suas faturas mensais em duplicidade, tendo efetuado o pagamento de todos os boletos que recebera. Indignado, procurou a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que prontamente ajuizou ação judicial com vistas à compensação dos danos sofridos por SÁVIO. Sabendo-se que a demanda foi proposta apenas contra a concessionária de serviço público, é correto afirmar que a competência para julgar o feito é do(a):

- a) Justiça federal
- b) Justiça estadual
- c) Juizado especial federal
- d) Juizado especial criminal



70) Determinado consumidor ajuizou ação de reparação por danos morais e materiais contra as empresas LUCRO CERTO LTDA e GRANA PRETA BANCO DE INVESTIMENTOS SA, que juntas compõem o pólo passivo em litisconsórcio não unitário. Na sentença, julgou-se a ação parcialmente procedente em relação ao primeiro réu, mas improcedente no que se referia ao segundo. Sabendo-se que as empresas são representadas por diferentes procuradores, o prazo que a LUCRO CERTO LTDA terá para apresentar recurso de apelação é de

- a) 10 dias
- b) 15 dias
- c) 20 dias
- d) 30 dias

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

71) De acordo com a Lei nº 1060/50, são motivos para a recusa do mandato pelo advogado designado ou nomeado quando:

- a) houver incompatibilidade de impedimentos no exercício da advocacia
- b) houver dado à parte contrária parecer oral ou escrito sobre a contenda
- c) o procurador for constituído pela própria parte ou ter com a parte contrária relações pessoais de interesse atual
- d) houver necessidade de se ausentar da sede do juízo para atender a outro mandato anteriormente outorgado ou para defender interesses próprios inadiáveis

72) O Decreto nº 2479/79 assegura ao funcionário o direito de petição em toda a sua amplitude, assim como o de representar. Sobre tais direitos e sua efetivação, é correto afirmar que:

- a) os prazos de prescrição contar-se-ão da data da publicação do ato impugnado quando este for de natureza reservada
- b) os prazos de prescrição contar-se-ão da data da ciência do interessado, a qual não se presumirá da publicação do ato impugnado
- c) o pedido de reconsideração e o recurso hierárquico não têm efeito suspensivo, mas o que for provido retroagirá, em seus efeitos, à data do ato impugnado
- d) o pedido de reconsideração e o recurso hierárquico não têm efeito suspensivo, mas o que for provido retroagirá, em seus efeitos, à data da publicação do ato impugnado



73) Com base na Lei nº 5.260/08, analise os itens abaixo:

- I. A previdência social dos membros do Poder Judiciário, Legislativo, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos servidores públicos estatutários do Estado do Rio de Janeiro se organiza em regime jurídico único, contributivo e subsidiário, mediante contribuições dos servidores públicos ativos, inativos e dos pensionistas
 - II. O direito à pensão por morte é imprescritível, mas prescreverão as prestações respectivas não reclamadas no prazo de 3 (três) anos contadas da data em que forem devidas
 - III. O auxílio-reclusão será devido apenas aos segurados de baixa renda recolhidos à prisão
 - IV. Os proventos de inatividade serão integrais nos casos de aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de serviço, moléstia profissional ou aposentadoria de segurados portadores de deficiência física
- Pode-se afirmar que está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) IV
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I, III e IV

74) Quanto às sanções disciplinares previstas na lei complementar nº 6/77, analise as alternativas abaixo:

- I) A suspensão será aplicada na falta de cumprimento do dever funcional.
- II) A censura caberá nos casos de procedimento reprovável e faltas leves em geral.
- III) A suspensão será aplicada na violação intencional de dever funcional e na prática de ato incompatível com a dignidade ou o decoro do cargo ou da função.
- IV) A multa será aplicada nos casos de retardamento injustificado de ato funcional ou de descumprimento dos prazos legais, nos termos e na forma da lei processual.

São corretas as afirmativas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I e IV
- d) III e IV

75) Os Defensores Públicos são segurados obrigatórios do:

- a) Regime de Previdência privada
- b) Regime de Previdência Complementar
- c) Regime de Previdência específico para a Defensoria Pública
- d) Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado



76) A respeito da responsabilidade funcional dos membros da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, pode-se afirmar que:

- a) o servidor responde somente em âmbito penal e administrativo pelo exercício irregular da função pública
- b) qualquer pessoa pode representar ao Corregedor-Geral sobre os abusos, erros ou omissões dos membros da Defensoria Pública
- c) admite-se a realização de correções ordinárias pelo Conselho Superior da Defensoria Pública sempre que haja indícios de irregularidades cometidas por servidor, conforme dispõe o art. 139, § 2.º, da Lei Complementar n.º 06/77, do Estado do Rio de Janeiro
- d) como procedimento preliminar à sindicância, admite-se a realização de correções extraordinárias pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, no desempenho das atribuições previstas no art. 20 da Lei Complementar n.º 06/77, do Estado do Rio de Janeiro

77) Após aprovação no concurso público a que se candidatou, o funcionário entrará em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da:

- a) assinatura do ato de posse
- b) publicação do resultado do concurso
- c) assinatura do ato de nomeação para o cargo efetivo
- d) publicação do ato de nomeação para o cargo efetivo

78) A opção correta, à luz das disposições postas no Decreto 2.479/1979, que regulamenta o Decreto-Lei 220/1975, é:

- a) além do vencimento básico, poderá o servidor receber, tão somente, as seguintes vantagens pecuniárias: gratificações, ajuda de custo e adicional por tempo de serviço
- b) a estabilidade é o direito que o servidor tem de não ser demitido, salvo em função de sentença proferida em processo judicial no qual lhe tenha sido garantida a sua ampla defesa
- c) o poder disciplinar é faculdade conferida ao Administrador Público com o objetivo de possibilitar a prevenção e repressão de infrações funcionais de seus subordinados, no âmbito interno da Administração
- d) o servidor público que vier a desempenhar mandato eletivo, seja no Poder Executivo seja no Poder Legislativo, deverá se exonerar do serviço público estadual, pois não há qualquer previsão de concessão de licença neste caso



79) Considerando-se as disposições da Lei Complementar n.º 06/77, do Estado do Rio de Janeiro, a hipótese de servidor que deixa de atender a determinação de órgão da administração superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro enseja a pena de:

- a) multa
- b) censura
- c) suspensão
- d) advertência

80) Constitui função essencial da Defensoria Pública disposta na Lei Orgânica da Defensoria Pública (LC 80/94):

- a) atuar como promotor *ad hoc*
- b) representar a parte, em feito administrativo ou judicial, por meio de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais
- c) a atuação pela garantia e promoção dos princípios relativos à ordem pública
- d) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos

81) A respeito da legislação pertinente a Defensoria Pública, é correto afirmar que:

- a) cuida-se de função atribuível à Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro confirmar, ou não, na carreira o Defensor Público de 3ª Categoria, ao final de seu estágio
- b) não constitui em prerrogativa do Defensor Público o uso da palavra, pela ordem, falando sentado ou em pé, durante a realização de audiência ou sessão, em qualquer Juízo ou Tribunal
- c) cabe à Defensoria Pública atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais
- d) a corregedoria-Geral é exercida pelo Corregedor-Geral, cargo ocupado por cidadão com notório saber jurídico, indicado pelo Defensor Público Geral, em lista triplíce formada pelo Conselho Superior, e nomeado pelo Governador do Estado para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução

82) Está correta a seguinte afirmativa :

- a) é vedado aos Defensores Público o exercício de advocacia
- b) a impugnação à gratuidade de justiça será processada e julgada em autos apartados ao principal
- c) constitui dever do Defensor Público dos Estados residir na localidade ou em localidade próxima, não distante de 50km onde exercem suas funções
- d) o Decreto-Lei 220/1975 veda a possibilidade de penhora dos vencimentos dos servidores públicos civis estaduais, mesmo quando a dívida decorrer da prestação de alimentos



83) Acerca das disposições contidas na Lei Complementar Estadual 6/77 e no do Decreto 2.479/79, referentes ao processo administrativo disciplinar e das sanções disciplinares, é correto afirmar que:

- a) dentre as possíveis punições disciplinares a que se sujeita o defensor público, encontra-se a possibilidade de destituição de função
- b) o Decreto-Lei 220/75 determina que o prazo prescrição para a imposição de penalidade administrativa será de 4 (quatro) anos
- c) o processo administrativo deverá ser concluído em até 90 dias, contados do dia em que os autos chegarem à Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, prorrogável por 30 dias, em, no máximo, três períodos
- d) compete ao Corregedor Geral da Defensoria Pública determinar a instauração de processo disciplinar para a apuração de falta punível com as penas de suspensão, demissão ou cassação de aposentadoria, observando o sigilo no procedimento

84) Acerca do regime previdenciário dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- a) a lei 5.260/2008 prevê a concessão de auxílio-doença aos segurados dependentes abrangidos pela própria lei
- b) os proventos de inatividade serão fixados em valor correspondente à totalidade da remuneração do segurado no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, em função de o segurado ter sido acometido da doença conhecida como encefalopatia espongiforme bovina, vulgarmente conhecida como doença da vaca louca
- c) o regime próprio de previdência social dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro assegurará a seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente
- d) considerar-se-ão, para determinação da base de cálculo dos proventos de aposentadoria, o subsídio ou a remuneração do cargo efetivo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, inclusive as referentes ao cargo em comissão a época em que se der a aposentadoria

85) Acerca das disposições sobre o benefício previdenciário da pensão por morte prevista na Lei nº 5.260/2008, é correto afirmar que:

- a) a pensão por morte será devida a partir do mês em que for comunicado o falecimento do segurado
- b) a perda da condição de dependente, para a percepção da pensão por morte, dar-se á de forma definitiva, sendo defeso e restabelecimento, salvo por decisão judicial
- c) por morte presumida do segurado ou seu desaparecimento em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, declarados pela autoridade administrativa competente, decorridos seis meses de ausência, será concedida a seus dependentes uma pensão provisória, a contar da data da declaração, na forma estabelecida nesta Seção
- d) a dependência econômica a que se refere a lei 5.260/2008, quando não presumida, somente será admitida em relação àqueles que auferirem a qualquer título, rendimentos superiores ao mínimo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição da República no mês do óbito



INFORMÁTICA

86) Você recebeu a informação de que os dados para seu trabalho encontram-se no computador "procurador01" existente em sua rede local e que se encontra ligado. Nos computadores, está instalado o Windows XP (instalação padrão). Para localizar este computador na rede rapidamente, deve-se clicar no menu "Iniciar" depois em "Executar" e, em seguida, digitar:

- a) Procurador01
- b) \\procurador01
- c) HTTPS:procurador01.xml
- d) HTTP:\\procurador01.htm

87) Deseja-se fazer uma cópia de segurança (*backup*) em um computador onde está instalado o *Windows XP Professional* (instalação padrão) e, para tanto, você foi orientado a usar o utilitário de *Backup* para copiar os arquivos, configurações e tudo o que estiver no seu computador. O utilitário já foi usado outras vezes e se encontra devidamente ativado. A sequência de comandos para acessar o utilitário de *Backup*, após selecionar "Todos os programas" no Menu "Iniciar", é:

- a) "Acessórios" ⇒ "Ferramentas do Sistema" ⇒ "*Backup*"
- b) "Meu Computador" ⇒ "Executar Tarefas Adicionais" ⇒ "*Backup*"
- c) "Segurança" ⇒ "*Windows Backup*" ⇒ selecionar o tipo de *backup*
- d) "Sistema e manutenção" ⇒ "Centro de *Backup* e Restauração" ⇒ selecionar o tipo de *backup*

88) O Windows XP (instalação padrão) disponibiliza uma calculadora aos usuários. Para abrir a calculadora do Windows rapidamente, sem ter que procurá-la dentro de acessórios, deve-se clicar no menu "Iniciar", depois em "Executar" e, em seguida, digitar:





- a) "c" e teclar "Enter"
- b) "calc" e teclar "Enter"
- c) "calculator" e teclar "Enter"
- d) "calculadora" e teclar "Enter"

89) Utilizando o Windows XP Professional (instalação padrão), o nome de uma pasta aparece grafada com letras verdes. Isso significa que esta pasta:

- a) está criptografada
- b) é um atalho para outra pasta
- c) tem um dos atributos indefinidos
- d) está em quarentena pelo *Windows Defender*



90) No Word 2003 (instalação padrão), para que o Cabeçalho e o Rodapé da primeira página sejam diferentes das demais, devemos selecionar:

- a) "Ferramentas" ⇒ "Cabeçalho e Rodapé" ⇒ clicar no botão  (Configurar página) ⇒ "Na guia "Papel", marcar a caixa de seleção "Primeira página diferente" ⇒ OK
- b) "Arquivo" ⇒ "Cabeçalho e Rodapé" ⇒ clicar no botão  (Configurar página) ⇒ Na guia ⇒ "Margens", marcar a caixa de seleção ⇒ "Primeira página diferente" ⇒ OK
- c) "Formatar" ⇒ "Cabeçalho e Rodapé" ⇒ clicar no botão  (Configurar página) ⇒ Na guia "Papel", marcar a caixa de seleção "Primeira página diferente" ⇒ OK
- d) "Exibir" ⇒ "Cabeçalho e Rodapé" ⇒ clicar no botão  (Configurar página) ⇒ na guia "Layout", marcar a caixa de seleção "Diferente na primeira página" ⇒ OK

91) Em uma célula de uma Planilha Excel 2003 (instalação padrão), são pressionadas, simultaneamente, as teclas "CTRL" e ";". A ação realizada é:

- a) inserir a data atual
b) inserir a hora atual
c) exibir a caixa de diálogo "Formatar Células"
d) exibir a caixa de diálogo "Excluir" para excluir as células selecionadas

92) Em seu trabalho vários documentos necessitam de elementos de segurança que assegurem sua autenticidade. Os certificados com assinaturas digitais encontram-se instalados em seu computador. Para acessar a ferramenta que permite incluir uma assinatura digital em uma planilha Excel ou Word 2003 (instalação padrão), deve-se selecionar:

- a) "Inserir" ⇒ "Objeto" ⇒ "Assinatura digital"
b) "Dados" ⇒ "Segurança" ⇒ "Assinatura digital"
c) O Excel ou Word 2003 não dispõe de recursos para incluir Assinatura digital
d) "Ferramentas" ⇒ "Opções" ⇒ clicar na guia "Segurança" ⇒ "Assinaturas digitais"

93) Na Internet é possível encontrarmos programas que são distribuídos gratuitamente, mas com algumas limitações de uso (incompletos ou que só funcionam por um curto período de tempo). Esses programas são classificados como:

- a) Adware
b) Phishing
c) Freeware
d) Shareware




94) Deseja-se calcular a soma das taxas (coluna B) para valores das ações acima de R\$ 1500,00 (coluna A), conforme mostrado na Planilha Excel 2003 (instalação padrão) abaixo:

	A	B
1	Valor da ação	Taxas
2	R\$ 1.000	R\$ 70
3	R\$ 2.000	R\$ 140
4	R\$ 3.000	R\$ 210
5	R\$ 4.000	R\$ 280
6		
7		
8	R\$ 630,00	
9		

A fórmula a ser inserida na célula A8, para se obter esse resultado, é:

- a) =SOMASE(A2:A5;">1500";B2:B5)
- b) =CONT.SE(A2:A5;">1500";B2:B5)
- c) =DBSOMAR(A2:A5;">1500";B2:B5)
- d) =SUBTOTAL(A2:A5;">1500";B2:B5)

95) No Word 2003 (instalação padrão), o recurso da tabulação **permite que se alinhe** texto à esquerda, à direita, centralizado ou de acordo com um caractere decimal ou de barra. O símbolo  , na régua horizontal do Word 2003, indica tabulação:

- a) direita
- b) decimal
- c) esquerda
- d) centralizada

96) Ao elaborar um extenso documento no Word 2003 (instalação padrão), **você recebe a solicitação** para inserir a sinopse do texto no início do documento. Você é orientado para que esta sinopse contenha um máximo de 25% do texto original. Este recurso encontra-se **instalado no computador**. Para acessar a ferramenta que permite resumir automaticamente um documento, deve-se proceder:

- a) "Inserir" ⇨ "Sinopse"
- b) "Ferramentas" ⇨ "AutoResumo"
- c) "Ferramentas" ⇨ "Opções" ⇨ "Resumo"
- d) O Word 2003 não possui esta funcionalidade



97) Hoje, o meio jurídico cada vez mais está utilizando recursos tecnológicos para agilizar o andamento dos processos. Um deles é o uso de assinatura digital que é:

- a) utilizada principalmente para garantir a confidencialidade
- b) o escaneamento da assinatura normal que pode ser anexado em emails
- c) baseada na criptografia assimétrica e tem como função garantir a autenticidade
- d) um método de autenticação novo que garante a autenticidade apenas com um login e senha

98) Pesquisando na internet, encontramos muitos textos que não podem ser interpretados diretamente pelos navegadores e precisam de outro software para isso. Um aplicativo que pode ser usado para visualizar arquivos no formato "pdf" é:

- a) *Word Pad*
- b) *Adobe Acrobat Reader*
- c) *Microsoft Word* (versão 2003)
- d) *Microsoft Excel* (Versão 2003)

99) No Word (versão 2003) podemos realizar a mesma operação de várias maneiras. Uma das formas possíveis de se escrever caracteres sobrescritos, como em (1^o, 1^a, 2^a ou x²) é selecionando o(s) caractere(s) que se deseja sobrescrever e:

- a) teclar "CTRL + Page Up"
- b) teclar "CTRL + SHIFT + S"
- c) clicar no menu "Ferramentas", "Opções" e "Sobrescrito"
- d) clicar no menu "Formatar", "Fonte..." e marcar a opção "Sobrescrito"

100) No Word (versão 2003), costumamos usar frequentemente as funções "copiar" e "colar". Mas, algumas vezes, copiamos um texto formatado e queremos colá-lo sem formatação. Para isso, devemos:

- a) teclar "CTRL + Insert"
- b) teclar "CTRL + SHIFT + V"
- c) clicar em "Formatar", "Colar sem formatação"
- d) clicar em "Editar", "Colar especial..." e "Texto não formatado"

